



Intervenção no 9.º Congresso da Ordem dos Economistas

Portugal: a Recuperação, as Pessoas, as
Empresas e o Estado”

Lisboa, 23 de novembro de 2021

Senhor Bastonário da Ordem dos
Economistas, Dr. Rui Martinho,

Senhora Presidente da Fundação Calouste
Gulbenkian, Dra. Isabel Mota,

Começo por saudar todos aqueles que
estão presentes e aqueles que nos
acompanham também em streaming.

Começo, naturalmente, por felicitar a
Ordem dos Economistas pela realização
deste seu nono Congresso, e agradecer a
todos aqueles que aqui se juntam num

intenso dia de discussão, reflexão e **debate sobre a recuperação e o futuro do país.**

Este é, seguramente, um dos melhores momentos para que um Congresso de Economistas se realize. Um momento de viragem, de reflexão e onde, felizmente, é um ótimo sinal, podermos já hoje estar centrados na reflexão sobre a recuperação, passado pouco mais de um ano e meio desde que foi declarada a pandemia e depois de uma crise internacional com a dimensão da crise pandémica a todos nos atingiu.

A verdade é que **levaremos desta vez cerca de dois anos a recuperar o nível do Produto Interno Bruto pré-pandemia** – o que deverá ocorrer em meados do

próximo ano - **quando foram necessários nove longos anos para recuperar o mesmo nível de PIB anterior à crise económica e financeira** de 2008-2011.

Desta vez, e ao contrário do que é habitual, foi mesmo diferente.

Foi diferente, desde logo **porque foi possível colocar no terreno uma resposta europeia muito robusta**, que queremos que constitua uma verdadeira mudança de paradigma. **A Europa respondeu, desta vez, com uma verdadeira União.** Pela ação conjunta, que permitiu evitar a fragmentação financeira, que teria limitado seriamente as respostas nacionais. E foram construídos mecanismos supranacionais e partilhados

que permitiram não apenas sustentar o choque da crise, como também acelerar a recuperação e, mais importante que tudo, promover o crescimento futuro.

Foi por isso possível colocar no terreno um conjunto de políticas expansionistas, que se reforçaram e potenciaram.

Importa agora assegurar, que nas diferentes instituições europeias, do Banco Central à Comissão, há a capacidade de refletir sobre o modelo de governação económica da Europa de forma a assegurar que a reposição em vigor das regras constantes dos tratados, se faz de um modo adequado a não implicar nenhuma interrupção abrupta de trajetória de recuperação e, por outro lado, retire as

boas lições da crise, designadamente a necessidade de contarmos com instrumentos europeus que financiem o indispensável investimento, em projetos de largo espectro e de interesse europeu, como as transições climática ou digital, de acordo com o modelo que está agora a ser testado através do Next Generation, numa base contratualizada, com metas, marcos e calendários pré fixados e acordados entre todos.

Mas esta vez foi também diferente porque o país se encontrava num ponto de partida significativamente melhor do que aquilo que estava em 2008.

Por um lado, **entre 2015 e 2019, Portugal dava mostras de ter conseguido**

ultrapassar finalmente o triplo choque competitivo registado no virar do século e que tinha levado a um longo período em que alternamos os anos de recessão com os anos de estagnação. As taxas de crescimento média de 2.8% neste período, comparam com um crescimento anémico de 0.4% no período 2000 a 2015.

Portugal registou entre 2015 e 2019 um crescimento do Produto Interno Bruto de 11,5% em volume. **Um crescimento robusto, alicerçado por um lado no investimento e no crescimento das exportações**, importando recordar que nesse período, em volume, o investimento cresceu perto de 28% e as exportações quase 23%, levando por exemplo a que as

exportações atinjam hoje o maior peso do PIB na nossa história: 43,5%.

Graças a esse comportamento, Portugal pode regressar à trajetória de convergência, que tinha interrompido no ano 2000, só tendo, esporadicamente, retomado no ano de 2009. **Convergimos assim com a União Europeia em 2016, em 2017, em 2018, em 2019** e tudo aponta que **retomemos o caminho da convergência já em 2022**, senão mesmo, este ano de 2021.

Por outro lado, **Portugal tinha recuperado plenamente a sua credibilidade externa e interna**, ultrapassando os processos de sanções, o processo de déficit excessivo e

melhorando de forma significativa os ratings da República.

Registámos em 2019 o primeiro superavit orçamental da nossa democracia, tínhamos diminuído o peso da dívida no PIB em mais de 14 pontos percentuais e tínhamos reforçado de forma significativa a sustentabilidade da nossa segurança social.

Foi isso que nos deu espaço para uma resposta robusta à pandemia e às suas consequências económicas e sociais.

É graças a isso, que estamos hoje a viver esta nova fase da pandemia numa circunstância em que retomámos o crescimento económico, em que a taxa de

desemprego está já a um nível inferior ao nível em que se encontrava antes da crise, em que as exportações estão de novo a crescer, em que registámos um novo máximo de investimento empresarial no primeiro semestre deste ano, e em que a AICEP encerrará este ano com um novo máximo histórico de investimento contratado.

O bom desempenho recente dá-nos por isso confiança para esta recuperação.

Mostra que, **não estamos condenados a divergir e a definhar.** Mostra que, é possível mobilizar a sociedade e economia portuguesas para um processo de recuperação que não se limite a fazer-nos regressar onde estávamos, mas que nos

permita retomar um ciclo de convergência e de melhoria do nível de vida dos portugueses e das portuguesas que é o que, seguramente, todos desejamos.

Apoiando-me no mote deste congresso – as Pessoas, as Empresas e o Estado – **é bem visível que temos bons motivos para encarar com confiança o futuro.** O número de pessoas que estão hoje empregadas encontra-se em máximos históricos; as empresas exportam mais do que exportavam no período pré-crise e o seu investimento atingiu um valor recorde no primeiro semestre deste ano.

Para termos uma noção do que significa a evolução estrutural da economia portuguesa nos últimos 30 anos, daria o

seguinte exemplo: esta semana celebraremos o trigésimo aniversário daquele que foi o maior investimento direto estrangeiro que se verificou no nosso País que foi a Autoeuropa. O peso da Autoeuropa nas exportações em 1996 era de 12% das nossas exportações de bens. Em 2019 o peso das exportações da Autoeuropa era de 6% do total das nossas exportações. Não digo isto, obviamente, nem para desvalorizar a importância da Autoeuropa, que bem esteja a Autoeuropa, nem sequer que isso signifique que a Autoeuropa diminuiu a sua produção, pelo contrário, aumentou. O que significa é que ao longo destes 30 anos a par da Autoeuropa a economia portuguesa foi capaz de desenvolver um conjunto vasto de

outras empresas em múltiplos setores de atividade que se focaram na internacionalização e que tiveram as exportações como motor do seu crescimento.

O Estado continua, felizmente, a financiar-se a taxas historicamente baixas, cerca de metade do nível a que se encontrava na fase de pré-crise.

A poupança anual de referência ao montante de juros da dívida que o Estado pagava em 2015, representa uma poupança de 3 mil milhões de euros por ano, o que é um contributo decisivo para de uma forma sustentada podermos retomar e prosseguir uma trajetória

sustentada e consistente de redução da nossa dívida pública.

Mas é claro, e todos temos de ter noção disso, que os desafios são enormes e não podemos ignorá-los. Todos. Os decisores políticos, os responsáveis das empresas, os cidadãos no seu conjunto, e naturalmente os **economistas**.

Estamos todos desafiados a ter uma ambição que não se esgote na mera recuperação. Temos, por um lado, a geração mais qualificada de sempre; a transição digital esbate as distâncias entre centro e periferia no continente europeu e no mundo; e somos um dos países mais bem preparados para enfrentar os desafios da transição climática.

Temos por isso de **assumir a ambição de reforçar a trajetória de crescimento e de convergência**, com uma estratégia alicerçada no emprego de qualidade, nas qualificações, no investimento e na inovação.

É com grande satisfação que vejo que finalmente o país superou o debate estéril sobre quais deviam ser os fatores do nosso desenvolvimento. Hoje já há um enorme consenso, diria mesmo uma total unanimidade, em reconhecer que o país não será mais competitivo num modelo de baixos salários, e que os motores da recuperação e desenvolvimento do país assentarão necessariamente, nas qualificações e na inovação.

A aposta nas qualificações tem por isso de prosseguir.

Em meados deste ano, no coorte geracional entre os 30 e os 34 anos, 45% dos residentes em Portugal tinham completado o ensino superior. Quatro vezes mais do que o valor que tínhamos no início deste século. E temos a terceira maior taxa de recém-graduados em engenharia da União Europeia, apenas atrás da Alemanha e da Áustria.

Temos de assumir metas ainda mais ambiciosas.

Estabelecemos como prioridade **garantir 50% de graduados na faixa etária dos 30 aos 34 anos até 2030. Pretendemos**

também aumentar em 40% os novos graduados em áreas fundamentais ao nosso desenvolvimento, como são as áreas das Ciências, das Tecnologias, das Engenharias, das Artes e das Matemáticas.

E, em linha com os compromissos que assumimos na Cimeira do Porto, iremos ainda **assegurar, até 2030, que 60% dos adultos participam, a cada ano, em ações de aprendizagem ao longo da vida.**

Não podemos ignorar que a situação profundamente dual que Portugal tem do ponto de vista das qualificações. Temos hoje finalmente uma nova geração, que é a primeira geração da nossa história que se aproxima dos níveis médios de qualificação da União Europeia. Mas temos ainda,

todas as outras gerações, a minha geração, geração de muitos que aqui estão, que pelo contrário, se caracterizam por serem gerações com níveis de qualificação muito abaixo dos da média da União Europeia. Tem sido muito referido nos últimos tempos o nosso ritmo de convergência e o ritmo de convergência de outros países que entraram para a União Europeia após a adesão de Portugal. Convém recordar que 3 deles entraram, aliás já com um nível de desenvolvimento superior ao nível que Portugal então tinha.

Muitas explicações poderão ser encontradas, as de natureza geográfica não serão seguramente irrelevantes, mas há uma seguramente decisiva. Todos

entraram em média com um nível de qualificações superior ao da média da União Europeia, quando Portugal tinha ainda então um nível de qualificações que era um terço do da União Europeia. Este diferencial de qualificações faz toda a diferença, e o que tem feito toda a diferença é reduzirmos este gap nas nossas qualificações.

É por isso que temos de prosseguir, porque os outros também prosseguem, e por isso se hoje nos estamos a aproximar daquilo que é a média de qualificações da União Europeia, a ambição que nós temos de ter é chegar ao nível de qualificação dos melhores entre aqueles que contribuem para a média da União Europeia.

Mas se é assim na nova geração a realidade da geração anterior é completamente diversa, e essa geração anterior é uma geração de que não podemos prescindir. É uma geração que não podemos deixar para trás. Por isso, além da aprendizagem ao longo da vida, que todos, todos, mesmo aqueles que são hoje os mais qualificados de sempre, terão de introduzir no seu percurso profissional, há que fazer um enorme esforço de requalificação de todos aqueles que não tiveram a oportunidade de, no momento próprio, obter o grau de qualificação que hoje é necessário.

E, ao contrário do que se possa pensar, o duplo desafio das transições, climática e

digital, é um desafio que gera a necessidade, que impõe a oportunidade, e não podemos desperdiçar este momento para fazer esse grande esforço de *upskilling* e *reskilling* de toda essa população.

A aposta que está a ser feita no ensino e formação profissional está a ter um impacto profundo no nosso País. Temos hoje um ensino cada vez mais alinhado com as necessidades do nosso tecido produtivo, melhorando a empregabilidade dos trabalhadores e a competitividade das empresas, e com um contributo determinante para a resiliência social e territorial do país. Este ano letivo, contamos já com **916 Cursos Técnicos Superiores Profissionais em 134**

localidades distintas, uma rede em contínua expansão que assegura maior acessibilidade ao ensino superior, mas também e sobretudo maior interligação entre as instituições de formação e o tecido produtivo de cada uma das regiões.

Não tenhamos qualquer dúvida, a melhor forma de translação do conhecimento do sistema científico para o tecido empresarial é mesmo o emprego das pessoas qualificadas. E isso não prescinde de que continuemos a **reforçar e a modernizar a rede de Centros Tecnológicos Especializados**, para beneficiar 60 mil alunos.

Pretendemos ainda **abranger pelo menos 23 mil formandos em formações curtas**

de âmbito superior no sistema politécnico até 2026, instalando 10 escolas de pós-graduação em colaboração com empresas.

Esta pretensão não é só uma ideia, é hoje uma obrigação já contratualizada com a União Europeia e pré-condição do financiamento previsto no Plano de Recuperação e Resiliência.

Às empresas temos naturalmente de exigir que continuem a reforçar a sua aposta na inovação e forcem, dessa forma, a sua produtividade e competitividade da nossa economia, reforçando o investimento e as exportações.

Os progressos registados aqui são também notáveis. O número de investigadores nas empresas encontra-se acima dos 19 mil, um aumento de 64% relativamente a 2015. A despesa total em Investigação & Desenvolvimento atingiu em 2019 um máximo histórico (3 mil M€) e cresceu 43% desde 2015. Temos hoje mais de 35 laboratórios colaborativos, juntando empresas e sistema científico e tecnológico. E no quadro do PT2020 contratámos 7 mil projetos de investigação, desenvolvimento tecnológico ou inovação, o que corresponde a mais de 10 mil milhões de euros de investimento de cariz inovador e tecnológico, e 62 mil postos de trabalho de futuro.

Agora, estamos determinados a continuar a elevar a despesa total de Investigação & Desenvolvimento para atingir os 3% do Produto Interno Bruto até 2030. E queremos assegurar que esse conhecimento se transforma em valor económico e social. Estes 3% não serão exclusivamente investimento público, pelo contrário, quase dois terços devem ser investimento assegurado pelo tecido empresarial.

Foi por isso que lançámos, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, o programa das Agendas Mobilizadoras para a Inovação Empresarial, um programa disruptivo e inovador, que pretende apoiar consórcios, obrigatoriamente constituídos

por um lado por empresas e, por outro, por instituições de sistema científico e tecnológico que contribuam, assim, para a industrialização do país, para a exportação de produtos de elevado valor acrescentado e para o aumento da incorporação nacional.

Recebemos **146 candidaturas, representando um total de mais de 14 mil milhões de euros de investimento,** se todas tivessem a valia devida e todas fossem aprovadas, significaria que consumiriam praticamente 100% do Plano de Recuperação e Resiliência. Infelizmente não é possível, mas comprova bem que o país está preparado e que o país está

mobilizado para a transformação estrutural que ambicionamos.

O mesmo é verdade, por exemplo também na área da bioindústria. O aviso que lançámos para a dinamização da produção de produtos de alto valor acrescentado a partir de recursos biológicos, em particular da massa florestal e da biomassa, para a produção de produtos de alto valor acrescentado em três setores estratégicos para a nossa economia – o têxtil e vestuário, o calçado e a resina - **mobilizou a apresentação de 4 consórcios, envolvendo 200 entidades** entre empresas, centros de investigação, universidades, laboratórios colaborativos, organizações não governamentais num

total de **269 milhões de euros de investimento.**

Do lado das políticas públicas vamos naturalmente continuar a potenciar o investimento produtivo, nomeadamente por via de incentivos fiscais e financeiros ao investimento.

Não podemos deixar de sublinhar o forte apoio que as empresas poderão beneficiar nos fundos europeus, comparativamente ao Portugal 2020, o Portugal 2030 mais o Programa de Recuperação e Resiliência representam um aumento de 70%, de verbas exclusivamente destinadas ao apoio das empresas, num total de 12 mil milhões de euros.

Por outro lado, estão criadas as condições para que o Banco de Fomento assuma um papel central no reforço do capital das nossas empresas, permitindo que cresçam e assim concretizem o seu potencial competitivo.

É absolutamente fundamental que o Banco de Fomento, com diferentes instrumentos e incentivos, contribua não só, para apoiar o capital de risco inicial, mas que permitam também apoiar o desenvolvimento da atividade das empresas que fomentem as concentrações e as aquisições, indispensáveis a que o nosso tecido empresarial ganhe também a escala, absolutamente indispensável , para poder

ser o ator ativo , o pivot do nosso processo de desenvolvimento.

Quanto ao Estado, temos, naturalmente, de continuar a promover um Estado ágil e ao serviço dos cidadãos, cortando custos de contexto e afirmando os pilares do Estado Social indispensável à nossa coesão.

Para isso continuamos a cortar os custos de contexto enfrentados pelas nossas empresas, com um pacote de reformas estruturais, contratualizadas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, que as instituições europeias classificaram, e cito, de ambicioso e efetivamente capaz de responder aos bloqueios estruturais existentes e repetidamente reafirmados,

ano após ano, no exercício do semestre europeu. Refiro-me, à reforma das profissões reguladas aos licenciamentos, à justiça, e em particular à justiça económica, ao acesso ao financiamento, com base numa administração pública moderna, ágil e digital. E que compreenda que a digitalização, mais que uma mudança tecnológica, mais do que uma alteração de infraestruturas, é, acima de tudo, uma enorme oportunidade para uma reengenharia de procedimentos que assegure melhor apoio ao desenvolvimento e melhor segurança para a cidadania.

Senhor Bastonário,

Enfrentámos a pandemia melhor do que se podia imaginar e por isso, temos agora **as condições para nos focar não só no esforço de recuperação mas mais do que isso, no esforço da transformação estrutural do País que assegure, de modo sustentado e sustentável, a nossa convergência com a União Europeia.**

Temos de **passar da fase dos diagnósticos à fase da implementação** e temos de reforçar a trajetória de crescimento, com um crescimento ainda mais robusto, verde, justo e digital. Um crescimento de futuro, que afirma o potencial competitivo do nosso País e que não deixa ninguém para

trás, mas que, acima de tudo, assegure que todos vamos para a frente.

Muito obrigado e desejo de um ótimo trabalho no vosso Congresso.